

## SUCESSÃO

Prefeito de BH admite possibilidade de composição com PSDB visando as eleições de 2010, mas lembra que a condição de adversários de petistas e tucanos em nível nacional pode ser entrave

# Pimentel aberto ao diálogo

BERTHA MAAKAROUN

Depois das declarações do presidente regional do PSDB, Narcio Rodrigues, de que os tucanos podem abrir mão de candidato próprio ao governo de Minas Gerais em 2010, o prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel (PT), tratou de deixar aberta a possibilidade de futuras conversas voltadas para uma composição política mais ampla. A hipótese levantada por Narcio considera um contexto em que o PSDB precise ampliar as articulações necessárias para viabilizar a candidatura do governador Aécio Neves (PSDB) ao Palácio do Planalto. "Em Minas, tudo é possível", disse o tucano, em referência às relações políticas estreitas entre Pimentel e Aécio. Ontem, o prefeito fez coro: "Temos um bom clima de entendimento. Ainda é cedo para se falar em aliança eleitoral, mas Narcio tem razão: em Minas, tudo é possível".

Fernando Pimentel almoçou ontem com o governador, depois de voltar a fazer elogios à administração tucana no estado, em encontro pela manhã, com empresários, na Associação Comercial de Minas Gerais. Assim como Narcio, entretanto, foi cauteloso ao comentar a hipótese de uma aliança entre PT e o PSDB em Minas, em apoio à candidatura Aécio à Presidência da República em

“  
Temos um bom clima de entendimento. Ainda é cedo para se falar em aliança eleitoral, mas Narcio tem razão: em Minas, tudo é possível  
”

■ Fernando Pimentel (PT), prefeito de Belo Horizonte

2010. "Temos em Minas um entendimento administrativo diferente do resto do país, entre as instâncias de governo", declarou Pimentel, referindo-se às relações entre a Prefeitura de Belo Horizonte e o governo mineiro. O prefeito, que pretende disputar a indicação no PT para concorrer ao Palácio da Li-



O prefeito Pimentel, durante debate na AC Minas: cautela ao considerar hipótese de acordo político

berdade em 2010, entretanto, ressaltou: "Isso não quer dizer que vai haver acerto entre o PSDB e o PT, que são adversários no âmbito nacional".

Evitando declarações políticas contundentes, num contexto em que no plano nacional o PT e o PSDB polarizam a disputa política, Pimentel afir-

mou que, embora não possa dizer na atual conjuntura que apoiará Aécio em 2010, tem certeza de que ele está preparado para ocupar a Presidência da República. "Se o governador for eleito, tenho certeza de que será um grande presidente. Agora, daí a dizer que vou apoiá-lo há uma distância. Sou

de outro partido. Não sei como será o desenho partidário em 2010. O que posso dizer, todo mineiro sabe: o governador é um homem qualificado para ser presidente."

**ENTENDIMENTO** Não apenas interessados em manter uma boa relação administrativa,

mas certos de que politicamente ganham, ao manterem um clima de entendimento e um discurso político dúbio, Aécio e Pimentel devem seguir até as vésperas das eleições municipais do ano que vem com demonstrações públicas de apreço mútuo. Enquanto o PSDB começa a se posicionar, lembrando os nomes do senador Eduardo Azeredo, do deputado estadual João Leite e do ex-presidente da República e ex-governador Itamar Franco (sem partido), o PT segue em debates internos na tentativa de aparar arestas e sair unido para a briga pela prefeitura.

No campo das alianças do PT, desponta como nome de consenso para concorrer à Prefeitura de Belo Horizonte o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. Também são lembrados os ministros Hélio Costa (PMDB), das Comunicações, e Walfrido Mares Guia, das Relações Institucionais, na tentativa do PT de manter a prefeitura por outro mandato. Contudo, tanto Patrus quanto Walfrido, assim como Pimentel, estão interessados no governo de Minas em 2010. No campo tucano também não faltam candidatos, a começar pelo vice-governador, Antonio Augusto Anastasia, hoje o mais cotado para concorrer pelo PSDB à cadeira de Aécio Neves.



Aécio Neves e Guilherme Cassel assinam convênio para agricultura

## AGROPECUÁRIA

## Campo cobra verbas do PAC

JULIANA CIPRIANI

O Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura (Conseagri) se reúne sexta-feira em Campo Grande (MS), para discutir propostas para incluir a agropecuária no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. O encontro é para que os titulares das pastas formulem uma proposta comum a ser apresentada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. O secretário mineiro, Gilman Viana, cobrou ontem mais

recursos para o crédito rural.

Segundo o secretário, não se trata de pressionar o governo, mas de uma tentativa de elaborar uma proposta para o setor. Os recursos, de acordo com Gilman, são necessários para aplicação em equipamentos de defesa sanitária e para extensão rural. "Outra coisa que acho fundamental: é preciso que haja, no PAC, a obrigação do governo de viabilizar o crédito rural em quantidade adequada. A União continua anunciando valores maiores que no ano passado,

mas no ano passado já era ruim, então fica um pouco mais que o ruim em matéria de demanda." A produção brasileira é de cerca de 130 milhões de toneladas de grãos.

Para o secretário, os juros do crédito, de 6,75% ao ano, ainda não são bons e os produtores também são obrigados a buscar mais empréstimos no mercado. "Ele acaba pagando um juro médio alto, em uma economia que ainda é modesta. Deveria haver no PAC uma fatia maior para viabilizar um crédito rural mais adequado." Os dados do Ministério

da Agricultura mostram que entre julho e fevereiro, no ano-safra 2006/2007, foram concedidos R\$ 30,9 milhões em financiamentos do crédito.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, assinou ontem convênio com o governador Aécio Neves (PSDB) para desenvolvimento, pela Emater, de um projeto que dará assessoria técnica aos agricultores familiares de Minas. O ministério destinará R\$ 5 milhões e a contrapartida do estado será de R\$ 2 milhões.

## MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO  
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



## Quem faz parte da classe média?

Há muitas coisas engraçadas em nossa cultura social e política e uma delas é a dificuldade que costumamos ter em encontrar os lugares que ocupamos na estrutura da sociedade. Cada um, por razões diferentes, tende a ficar desconfortável diante de perguntas até fáceis, que pessoas de outras tradições respondem sem titubear.

Por que nos é difícil nomear o que somos? Você é de classe média? Antes de responder, saiba que quase todo mundo, no Brasil, diz que sim. Nas pesquisas, quando os entrevistados são convidados a se localizar nesse tipo de escala, é raro aquele que diz outra coisa. É como se fôssemos uma sociedade em que não há ricos, nem pobres, a não ser uma imensa classe média subjetiva, formada por todos

que sabem que não são nem magnatas, nem miseráveis.

O curioso é que as pessoas costumam responder assim exatamente porque temos pobres demais e gente que é rica demais. Como sempre existe alguém mais pobre que o entrevistado, ele tende, até com alguma generosidade, a se dizer de "classe média". O mesmo acontece no outro extremo, pois sempre há alguém que tem mais que ele, mesmo quando seu nível de vida é muitíssimo mais confortável que o do caso anterior. Um é de classe média porque é menos pobre, o outro, porque é menos rico, ainda que possa haver um abismo entre eles.

Quando os institutos de pesquisa e os analistas políticos dizem que o governo enfrenta, atualmente, problemas com a

classe média, há pessoas que pensam que isso é um eufemismo para dizer que os problemas estão na relação do governo com os ricos. Às vezes, parece que o próprio presidente pensa assim, quando faz referências genéricas às "elites", onde ele imagina que estão todas suas dificuldades.

Não é bem isso. As elites brasileiras, qualquer que seja o conceito que delas tenhamos, são minúsculas, do ponto de vista estatístico. Mesmo em uma acepção bem mais ampla, englobando as pessoas de elevado padrão de vida, as "classes abastadas" continuam a ser, no Brasil, uma minoria tão pequena que nem sequer aparece nas pesquisas.

Tome-se, por exemplo, a classificação socioeconômica da ABEP, o chamado Critério

Brasil, que serve de parâmetro para toda a indústria de comunicação, anunciantes, veículos e agências de propaganda. Nela, apenas 1% da população residente nas nove maiores áreas metropolitanas brasileiras é classificada na classe A1.

Para que não se pense que nessa classe só temos milionários, basta saber que uma família em que o/a chefe tem educação superior, dois carros, duas empregadas, que mora em uma residência com três banheiros e possui bens de consumo totalmente normais hoje em dia (uma geladeira, uma máquina de lavar, etc.) está nela. É claro que os mais ricos também, mas seu contingente maior é formado por famílias muito próximas daquilo que as pessoas imaginam ser as "classes médias".

Se é 1% da população das regiões mais ricas do Brasil, qual seria seu tamanho no país como um todo? Tão pequeno que não aparece nas pesquisas. Mesmo se fosse 1%, em uma amostra de 2.000 entrevistas, isso quer dizer vinte entrevistas, um número que impossibilita qualquer análise específica.

Ou seja, quando se diz que Lula tem problemas na "classe média", com base em pesquisas, o que dizemos é que ele os tem em um segmento majoritariamente formado por pessoas muito próximas da população trabalhadora, que só se distingue dela por pequenas diferenças. Ganha um pouco mais (cerca de R\$ 1.000 de renda familiar), mora em casas melhores (de um banheiro) e tem mais bens de consumo (às vezes até um carro), mas é só isso. No Brasil, boa parte da classe média, objetivamente, é constituída por pessoas quase pobres.

“  
Mesmo em uma acepção bem mais ampla, as 'classes abastadas' continuam a ser, no Brasil, uma minoria tão pequena que nem sequer aparece nas pesquisas  
”